

Oficio-GAB nº 104/2025

Pintadas-BA, 04 de agosto de 2025.

Ao Exmo. Sr.

JAILTON TRINDADE DE JESUS

MD. Presidente da Câmara Municipal Nesta 13.901.939/0001-79

CÂMARA DE VEREADORES DE PINTADAS AVENIDA PACIÊNCIA, S/Nº

CENTRO - CEP: 44.610-000 PINTADAS-BA

Senhor Presidente,

Encaminhamos, em anexo, Projeto de Lei nº 531/2025, para apreciação dessa Eminente Câmara de Vereadores, em REGIME DE URGÊNCIA/URGENTISSIMA, conforme prescrito no art. 63 da Lei Orgânica Municipal.

Atenciosamente,

VALCYR ALMEIDA RIOS

Prefeito Municipal



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba. CNPJ 13,896,725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196 E-mail: gmc.pintadas@gmail.com Site:www.pintadas.ba.gov.br



#### JUSTIFICATIVA DE PROJETO DE LEI

Pintadas - Bahia, 04 de agosto de 2025

Senhores Vereadores,

Cumprimentando-os cordialmente, venho por meio deste, submeter à apreciação de Vossas Excelências a anexa minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Serviço de Família Acolhedora no Município de Pintadas - Bahia, que tem por objetivo o acolhimento provisório de crianças e adolescentes que se encontrem com seus direitos ameaçados ou violados por situações de risco, sempre com determinação judicial, na forma do artigo 101, inciso VIII, §1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Constituição Federal, especificadamente no seu artigo 227, deu tratamento diferenciado às crianças e aos adolescentes, conferindo-lhes direitos fundamentais em maior amplitude do que para os adultos, adotando a Teoria da Proteção Integral, que assegurou àqueles os direitos fundamentais com absoluta prioridade.

O direito à convivência familiar também está expressamente consagrado no artigo 34, §1°, do ECA, além de ser considerado como um princípio norteador da proteção. Tal princípio assegura à criança e ao adolescente o direito de serem criados e educados no seio de uma família.

Além da disposição constitucional e estatutária, tal direito também consta em várias convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, como a Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança, Declaração Universal dos Direitos da Criança e Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional (Convenção de Haia).

Nesse condão, a importância da convivência familiar tem justificativa na condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. A demora na



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba. CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196 E-mail: <a href="mailto:gmc.pintadas@amail.com">gmc.pintadas@amail.com</a> Site:www.pintadas.ba.gov.br



efetivação de medidas que garantam o direito ao convívio familiar fere um dos seus mais elementares direitos, negativamente no seu desenvolvimento.

Embora o acolhimento familiar também tenha as características de provisório e excepcional, a criação do Serviço de Acolhimento Familiar é de suma importância para assegurar a efetivação do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes acolhidos que não têm possibilidade de reintegração familiar, que ainda não estão aptas à adoção ou que aguardam a inserção em família substituta, uma vez que tal direito não se restringe apenas à família biológica.

Com a criação do Serviço de Acolhimento Familiar, será possível promover a proteção por meio do acolhimento - quando necessário - e garantir o direito à convivência familiar.

Tamanha é a importância do acolhimento familiar que o Estatuto da Criança e do Adolescente o estabeleceu como preferencial em detrimento do acolhimento institucional (art. 34, §1°, do ECA).

Diante disso, constatada a importância do acolhimento familiar como meio de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, bem como verificada a necessidade da criação do Serviço de Acolhimento Familiar na Cidade de Pintadas - Bahia, submeto a Vossas Excelências o anexo do Projeto de Lei e peço vênia para encarecer a sua importância e urgência na convicção de que, com a promulgação da presente Lei, terá o nosso município vencido mais uma significativa etapa do seu progresso no aperfeiçoamento da proteção à infância e à adolescência.

Sem mais para o momento, renovo os votos de apreço e de admiração, colocando-me, por oportuno, à disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Atenciosamente.

VALCYR ALMEIDA RIOS PREFEITO MUNICIPAL



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba. CNPJ 13.896,725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196 E-mail: gmc.pintadas@amail.com Site:www.pintadas.ba.gov.br



#### PROJETO DE LEI Nº 531 DE 04 DE AGOSTO DE 2025

Dispõe sobre o serviço de acolhimento em Serviço de Família Acolhedora para crianças e adolescentes do Município de Pintadas - Bahia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINTADAS, Estado da Bahia, no uso das suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

### Título I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1°. Esta Lei dispõe sobre o serviço de acolhimento em Serviço de Família Acolhedora para crianças e adolescentes do Município de Pintadas - Bahia, em atendimento às disposições do art. 227, *caput*, e seu §3°, inciso VI, e §7° da Constituição Federal e art. 101, inciso VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

### Capítulo I DO SERVICO

Art. 2°. Fica instituído o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes do Município de Pintadas, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (art. 101, inciso VIII, do ECA), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

Parágrafo único. O acolhimento ocorrerá até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta - guarda, tutela ou adoção - propiciando o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, e permitindo, ainda, a continuidade da socialização da criança/adolescente.

- Art. 3º. O Serviço de Família Acolhedora será vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e tem por objetivos:
- I garantir, às crianças e adolescentes que necessitem de proteção, o acolhimento provisório em ambiente familiar, com cuidados individualizados;



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba. CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196 E-mail: gmc.pintadas@amail.com Site:www.pintadas.ba.gov.br



- II possibilitar o seu direito à convivência familiar e comunitária e o acesso à rede de políticas públicas;
- III oferecer apoio e preservar os vínculos com a família de origem e família extensa, salvo determinação judicial em contrário;
- IV fomentar, prioritariamente, a reinserção da criança e do adolescente à família de origem ou família extensa:
- V contribuir na superação das situações de violação de direitos vividas pelas crianças e adolescentes que se encontram em condição de vulnerabilidade, até que sua situação familiar seja resolvida, preparando-as para a reintegração familiar ou colocação em família substituta;
- VI proporcionar às famílias acolhedoras cadastradas apoio material e técnico, por meio de subsídio financeiro mensal mediante guarda, e atendimento sistemático por equipe multidisciplinar, de forma a viabilizar a convivência harmoniosa e positiva com as crianças acolhidas e, quando for o caso, com as famílias de origem.

Parágrafo único. A colocação em família acolhedora se dará por meio da modalidade de guarda provisória e é de competência exclusiva do Poder Judiciário.

- Art. 4°. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos, sem quaisquer tipos de restrições, aos quais foram aplicadas medidas de proteção, por motivo de abandono ou violação de direitos, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.
- § 1º Cada família acolhedora deverá acolher uma criança/adolescente por vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos.
- § 2º O atendimento dependerá da disponibilidade de acolhimento pelas famílias cadastradas e parecer favorável da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.
- Art. 5°. A criança ou adolescente cadastrado no Serviço receberá:
- I com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, cultura, esporte e lazer, profissionalização, direito à convivência familiar e comunitária, por meio das políticas existentes;
- II acompanhamento psicossocial pelo Serviço de Acolhimento em Familia Acolhedora;
- III estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade;
- IV garantia de permanência com seus irmãos na mesma família acolhedora;



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba. CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196 E-mail: gmc.pintadas@gmail.com Site:www.pintadas.ba.gov.br



V - prioridade entre os processos que tramitam no Poder Judiciário, primando pela provisoriedade do acolhimento.

### Capítulo II ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

- **Art. 6º**. A Gestão do Serviço de acolhimento em Família Acolhedora fica vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e sua execução ocorrerá de forma articulada com a rede de proteção e promoção da infância e juventude, tendo como principais parceiros:
- I Poder Judiciário;
- II Ministério Público;
- III Conselho Tutelar:
- IV Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V Conselho Municipal de Assistência Social;
- VI Conselho Municipal de Saúde;
- VII Conselho Municipal de Educação;
- VIII Outros Conselhos de políticas correlatos que vierem a ser criados;
- IX Secretarias Municipais.

#### Capítulo III REQUISITOS, INSCRIÇÃO, SELEÇÃO E FORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS CANDIDATAS AO ACOLHIMENTO FAMILIAR

- **Art.** 7°. A inscrição das famílias interessadas em participar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será gratuita e permanente, feita por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Serviço, conforme orientações do Edital Público, apresentando os documentos indicados a seguir:
- I carteira de identidade RG e Cadastro de Pessoas Físicas CPF;
- II certidão de nascimento ou de casamento ou comprovante de União Estável;
- III comprovante de residência;
- IV certidão negativa de antecedentes criminais;



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba. CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196 E-mail: gmc.pintadas@amail.com Site:www.pintadas.ba.gov.br



- V ficha de Cadastro (Modelo Fornecido pelo Serviço Família Acolhedora), assinada por todos os membros maiores de idade da família;
- VI atestados médicos comprovando saúde física e mental;
- VII- comprovante de atividade remunerada de pelo menos um membro da família;
- VIII número da agência e conta em nome do responsável para depósito do subsídio financeiro.
- § 1º Os documentos devem ser solicitados a todos os membros maiores de idade do núcleo familiar.
- § 2º A solicitação de inscrição deverá ser realizada junto à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora do município.
- Art. 8º. São requisitos para participar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora:
- I possuir idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos, sem restrições quanto ao gênero, estado civil e orientação sexual;
- II diferença de 16 anos entre o acolhido e o responsável legal pelo acolhimento;
- II não manifestar interesse na adoção da criança e do adolescente participante do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras, apresentando a Declaração conforme modelo fornecido pelo Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- III não estar inscrito no Cadastro Nacional de Adoção, apresentando Declaração emitida pelo órgão competente;
- IV ter anuência dos membros da família, maiores de idade;
- V residir no Município por, no mínimo, seis meses;
- VI ter disponibilidade de tempo e demonstrar interesse em oferecer proteção e afeto às crianças e aos adolescentes:
- VII obter parecer Psicossocial favorável da equipe interdisciplinar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- VIII nenhum membro da família possuir dependência de substâncias psicoativas.
- IX não estar respondendo a processo judicial criminal;
- X possuir disponibilidade para participar do processo de habilitação e formação, bem como das atividades do serviço;
- XI ter habitação que garanta condições dignas de segurança, habitabilidade e salubridade.



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba. CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196 E-mail: <a href="mailto:gmc.pintadas@amail.com">gmc.pintadas@amail.com</a> Site:www.pintadas.ba.gov.br



- Art. 9°. A seleção entre as famílias inscritas será realizada por meio de estudo das condições emocionais, sociais e econômicas dos interessados, com a emissão de parecer psicossocial emitido pela equipe técnica do Serviço.
- § 1º Durante o processo de avaliação serão observadas, no mínimo, as seguintes características dos postulantes à inscrição:
- I disponibilidade afetiva e emocional de todos os membros da família, independente da idade;
- II padrão saudável das relações de apego e desapego;
- III relações familiares e comunitárias;
- IV rotina familiar:
- V não envolvimento de nenhum membro da família com dependência química;
- VI espaço e condições gerais da residência;
- VII motivação para a função;
- VIII aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes;
- IX capacidade de lidar com separação;
- X flexibilidade:
- XI tolerância:
- XII pró-atividade.
- § 2º Além da avaliação quanto à compatibilidade com a função de acolhimento, o estudo psicossocial realizado pela equipe técnica indicará, outrossim, o perfil de criança e/ou adolescente que cada família inicialmente está habilitada a acolher. É possibilitado, durante o processo, ouvir a opinião da família quanto a este aspecto, ainda que no momento da capacitação essa avaliação possa modificar-se.
- § 3º Após a emissão de parecer psicossocial favorável à inclusão no Serviço, as famílias acolhedoras assinarão um Termo de Adesão ao Serviço.
- § 4º Em caso de interesse de desligamento do Serviço, as famílias acolhedoras deverão formalmente e por escrito solicitar a revogação do Termo de Adesão.
- § 5º A condição de família acolhedora é de caráter voluntário e, portanto, sem vínculo empregatício, profissional, funcional ou previdenciário com o órgão executor do Serviço. Além disso, contará com o aparato da Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo como gestor de referência o Secretário Municipal de Assistência Social.



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba. CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196 E-mail: gmc.pintadas@amail.com Site:www.pintadas.ba.gov.br



- **Art. 10.** As famílias cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínua, sendo orientadas sobre os objetivos do Serviço, sobre a diferenciação do acolhimento familiar e da família substituta guarda, tutela, adoção sobre a recepção, o atendimento, acompanhamento e o desligamento das crianças e adolescentes.
- § 1º A preparação das famílias deverá ter a presença obrigatória das mesmas e contará com temas relacionados a:
- I operacionalização jurídico-administrativa do Serviço e particularidades deste;
- II direitos da criança e do adolescente e a proteção integral;
- III novas configurações familiares e realidade das familias em situação de vulnerabilidade social;
- IV etapas do desenvolvimento da criança e do adolescente (características, desafios, comportamentos típicos, fortalecimento da autonomia, desenvolvimento da sexualidade); brincadeiras e jogos adequados para cada faixa etária, exploração do ambiente, formas de lidar com conflitos, colocação de limites, entre outros;
- V comportamentos frequentemente observados entre crianças/adolescentes separados da família de origem, que sofreram abandono, violência, entre outros;
- VI práticas educativas, como ajudar a criança/adolescente a conhecer e a lidar com sentimentos, fortalecer a autoestima e contribuir para a construção da identidade;
- VII políticas públicas, direitos humanos e cidadania;
- VIII papel da família acolhedora, da equipe técnica do Serviço e da família de origem, fortalecendo a convivência familiar e comunitária;
- IX mediação de conflitos e práticas restaurativas
- § 2º A preparação das famílias será realizada mediante:
- I orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas:
- II participação nos encontros de estudo e troca de experiência com todas as famílias;
- III participação em cursos e eventos de formação, incluindo as novas famílias acolhedoras antes da ocorrência de acolhimento.

#### Art. 11. A família poderá ser desligada do Serviço:

I - em caso de perda de quaisquer dos requisitos previstos no art. 8º ou descumprimento das obrigações e responsabilidades de acompanhamento;



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba. CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196 E-mail: gmc.pintadas@amail.com Site:www.pintadas.ba.gov.br



- II por solicitação escrita da própria família, com justificativa;
- III por solicitação da equipe técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- IV por determinação judicial.

### Capítulo IV DO ACOMPANHAMENTO, DAS RESPONSABILIDADES E DO DESLIGAMENTO NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

- Art. 12. Compete à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora fazer o encaminhamento da criança ou adolescente para a inclusão no Serviço.
- § 1º Os profissionais do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora -governamental ou entidade não governamental efetuarão o contato com a família acolhedora cadastrada, observadas as características e necessidades da criança e do adolescente, respeitadas as indicações definidas na ocasião do cadastramento (idade, gênero, receptividade para grupo de irmãos, entre outras).
- § 2º A duração do acolhimento variará de acordo com a situação apresentada, podendo estenderse até 06 (seis) meses e, em casos excepcionais, poderá haver acolhimento mais prolongado, se criteriosamente avaliada a necessidade e determinado pelo Poder Judiciário, com a avaliação da Equipe Técnica.
- § 3º O encaminhamento da criança ou adolescente ocorrerá mediante "Termo de Guarda e Responsabilidade", concedido em procedimento judicial.
- § 4º A família acolhedora será orientada sobre o processo judicial da medida de proteção aplicada à criança ou adolescente que está acolhendo e possível previsão de tempo do acolhimento da criança ou adolescente que foi chamada a acolher.

#### Art. 13. As famílias acolhedoras têm a responsabilidade de:

- I exercer plenamente todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, como proteger a criança e o adolescente sob seus cuidados, nos aspectos fundamentais para o seu crescimento sadio, dando-lhe afeto e respeitando as suas necessidades individuais;
- II seguir as orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família
   Acolhedora, facilitando o acesso desta na dinâmica familiar;
- III fornecer aos profissionais da Equipe Técnica e às autoridades competentes as informações necessárias sobre a situação da criança e do adolescente acolhido;
- VI participar dos encontros sistemáticos de preparação das famílias acolhedoras;



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba, CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196 E-mail: <u>gmc.pintadas@amail.com</u> <u>Site:www.pintadas.ba.gov.br</u>



- V ter disponibilidade no atendimento aos cuidados básicos (alimentação, educação, saúde, profissionalização, lazer, higiene, afetividade, entre outros);
- VII assumir compromisso ético e guardar sigilo das informações repassadas sobre a criança/adolescente;
- VIII contribuir na preparação da criança ou adolescente para o retorno à família de origem ou família extensa, ou colocação em família substituta, sempre com orientação técnica;
- IX nos casos de inadaptação, proceder à desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados do acolhido até novo encaminhamento, o que ocorrerá de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.
- Art. 14. A Equipe Técnica prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, emitindo relatório da situação às autoridades competentes, quando necessário.
- § 1º O acompanhamento acontecerá por meio de:
- I visitas domiciliares, nas quais os profissionais e família conversam sobre a situação da criança e do adolescente, seu desenvolvimento e o cotidiano da família, dificuldades no processo e outras questões pertinentes;
- II atendimento interdisciplinar;
- III presença das famílias com a criança e o adolescente nos encontros de preparação e acompanhamento.
- § 2º O acompanhamento à família de origem e o processo de reintegração da criança e do adolescente será realizado pelos profissionais da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento.
- § 3º Nos casos em que a família de origem já estiver sendo acompanhada por algum outro serviço socioassistencial, o trabalho será realizado em parceria.
- § 4º A participação da família acolhedora nas visitas será decidida em conjunto com a família de origem.
- § 5° Sempre que for solicitada pelo Poder Judiciário ou pelo Ministério Público a Equipe Técnica elaborará parecer técnico com apontamento das vantagens e desvantagens da medida.
- § 6º Mesmo quando não for solicitada expressamente, a Equipe Técnica poderá, sempre que entender necessário, visando à agilidade do processo e a proteção da criança e do adolescente, prestar informações às autoridades competentes sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido e as possibilidades ou não de reintegração à família de origem ou família extensa.



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba. CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196 E-mail: <u>gmc.pintadas@gmail.com</u> <u>Site:www.pintadas.ba.gov.br</u>



- Art. 15. O término do acolhimento familiar da criança ou do adolescente se dará por determinação judicial, com a intervenção da Equipe Técnica do Serviço.
- **Art. 16.** A Equipe Técnica deverá intervir no sentido de preparar gradativamente e de forma adequada a família acolhedora e a criança/adolescente acolhido, para os encaminhamentos pertinentes à situação: retorno à família de origem ou família extensa ou colocação em família substituta, através das seguintes medidas:
- I a Equipe Técnica, em conjunto com os demais atores da rede envolvidos durante o processo de acolhimento da criança e/ou adolescente, após a reintegração à família de origem ou substituta, definirá, por meio de Acordo Formal, quem será o serviço que pelo prazo mínimo de seis meses realizará o acompanhando do caso, visando a não reincidência do fato que provocou o afastamento da criança ou do adolescente;
- II acompanhamento psicossocial à família acolhedora após o desligamento da criança ou do adolescente, sempre que avaliada esta necessidade;

Parágrafo Único. O acompanhamento do processo de adaptação da criança e do adolescente na família substituta será realizado pelos profissionais do Poder Judiciário em parceria com a Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora ou àquela designada no Termo Formal de Acompanhamento.

#### Capítulo V DA COMPOSIÇÃO, FINALIDADE E RECURSOS DA EQUIPE TÉCNICA E GRUPO DE TRABALHO

- **Art. 17.** O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será realizado por Equipe Técnica formada por servidores do município, respeitada a relação entre número famílias e o número de acolhidos para cada profissional, conforme Resolução Conjunta do CONANDA e CNAS Nº 01, de 18 de junho de 2009.
- I Composta por 01 coordenador por Serviço de Acolhimento Familiar, com formação mínima de nível superior e experiência e amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços do Município e Região.
- II Composta por 01 Psicólogo e 01 Assistente Social, com experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias, com carga horária mínima indicada de 30 horas semanais.

**Parágrafo único**. No decorrer da oferta do serviço, a equipe técnica poderá ser ampliada com os demais profissionais que compõe os trabalhadores do Sistema único de Assistencial Social (SUAS), de acordo com as necessidades do Serviço.

**Art. 18.** São atribuições da Coordenação e Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora:



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba. CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196 E-mail: <a href="mailto:gmc.pintadas@amail.com">gmc.pintadas@amail.com</a> Site:www.pintadas.ba.gov.br



- I acolhida, avaliação, seleção, capacitação, acompanhamento, desligamento e supervisão das familias acolhedoras;
- II articulação com a rede de serviços e Sistema de Garantia de Direitos;
- III preparação e acompanhamento psicossocial das famílias de origem, com vistas à reintegração familiar;
- IV acompanhamento das crianças e adolescentes na rede de serviços;
- V organização das informações de cada caso atendido, na forma de prontuário individual;
- VI encaminhamento e discussão/planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias;
- VII elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios, com frequência bimestral ou semestral, sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: a) possibilidades de reintegração familiar; b) necessidade de aplicação de novas medidas; ou, c) Quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção;
- VIII acompanhar a prestação de contas anual do serviço junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
- IX esclarecer às famílias acolhedoras, a utilização correta do subsídio financeiro recebido pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- X deve ser ouvida a criança e/ou adolescente, pela equipe técnica, no decorrer do acompanhamento, sempre considerando o melhor interesse da criança.
- Parágrafo único. Caso não haja nenhuma criança acolhida ou em acompanhamento pela equipe técnica, os profissionais prestarão auxílio à equipe técnica vinculada à gestão da assistência social, nos casos de média complexidade, sem prejuízo do acompanhamento das famílias cadastradas no serviço.
- Art. 19. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, através de seus parceiros, contará com um Grupo de Trabalho, minimamente constituído por:
- I 02 (dois) representantes da política de Assistência Social, sendo 01 (um) representante do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS);
- II 01 (um) representante da Secretaria de Educação;
- III 01 (um) representante da Secretaria de Saúde;



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba. CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196 E-mail: <a href="mailto:gmc.pintadas@qmail.com">gmc.pintadas@qmail.com</a> Site:www.pintadas.ba.gov.br



- IV A equipe técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- V 01 (um) representante do Conselho Tutelar;
- VI 02 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), observando a paridade;
- VII 02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), observando a paridade;
- Parágrafo único. O grupo de trabalho é gerenciado pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.
- Art. 20. O Grupo de Trabalho tem por finalidade:
- I investir esforços na efetivação do Serviço, na sua estruturação humana e financeira;
- II organizar encontros, cursos e eventos de formação;
- III auxiliar no recrutamento de famílias acolhedoras;
- IV recomendar, motivadamente, quando entender necessário, a ampliação, redução e mesmo a extinção do Serviço, apresentando suas razões ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Municipal da Assistência Social.
- § 1º O Grupo de Trabalho se reunirá em data e horário a ser definido pelos integrantes, periodicamente, constando em registro os assuntos discutidos e as deliberações sobre o Serviço.
- § 2º O Grupo de Trabalho será nomeado por ato administrativo, no prazo de 30 (trinta) dias após a implantação do serviço, fazendo-se a composição do mesmo de acordo com a indicação dos órgãos e instituições representados, conforme artigo 19.
- Art. 21. O efetivo funcionamento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora dependerá dos seguintes recursos, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social:
- I capacitação para Equipe Técnica e preparação e formação das famílias acolhedoras;
- II Espaço físico para as reuniões e para atendimentos pelos técnicos do serviço de acordo com a necessidade de cada área profissional e equipamentos necessários;
- III Veículo e motorista disponibilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba.

CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196

E-maìl: <a href="mailto:gmc.pintadas@amail.com">gmc.pintadas@amail.com</a> Site:www.pintadas.ba.gov.br



#### Capítulo VI DO SUBSÍDIO ÀS FAMÍLIAS

- Art. 22. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será subsidiado pelo Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Pintadas, que fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à sua execução.
- Art. 23. As famílias cadastradas no Serviço, independentemente de sua condição econômica, receberão os subsídios financeiros exclusivamente para o cuidado do acolhido, nos termos a seguir:
- I no acolhimento superior a 01 (um) mês, a família acolhedora receberá subsídio financeiro não inferior ao valor de 1 (um) salário mínimo nacional mensal por criança ou adolescente, para despesas com alimentação, vestuário, higiene pessoal, lazer e material de consumo;
- II nos acolhimentos inferiores a 01 (um) mês, e no caso de desligamento, a família acolhedora receberá subsídio equivalente aos dias de permanência da criança e do adolescente, tomando por base o valor referente ao inciso I;
- III o subsídio financeiro será repassado às famílias acolhedoras através de depósito bancário em conta corrente ou poupança em nome do responsável pelo acolhimento;
- IV- a equipe técnica deve avaliar, caso o acolhido receba Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou qualquer Benefício Previdenciário, se o valor deve ser entregue à família acolhedora para o ressarcimento de gastos com a criança/adolescente ou depositado em conta judicial;
- V- os acolhidos que receberem Pensão Alimentícia por determinação judicial terão os valores depositados em conta Judicial;
- VI- o valor do subsídio será repassado através de depósito em conta bancária, em nome do membro designado no Termo de Guarda;
- VII- a família acolhedora poderá optar pelo recebimento ou não do subsídio financeiro;
- VIII- a família acolhedora que tenha recebido o subsídio e não tenha cumprido as prescrições desta Lei fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.
- § 1º As crianças e adolescentes serão encaminhados para os serviços e recursos sociais da comunidade, tais como centros de educação infantil, escola, unidades de saúde, atividades recreativas de lazer e culturais, entidades sociais de apoio.
- § 2º A família acolhedora receberá também, seja qual for o número de crianças acolhidas, desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU, na proporção de 1/12



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba.

CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196

E-mail: gmc.pintadas@gmail.com Site:www.pintadas.ba.gov.br



(um doze avos) do imposto devido por mês de efetivo acolhimento, até a total isenção, tomando por base o período de guarda apurado no exercício imediatamente anterior, referente ao imóvel de residência onde a criança está acolhida, assim atestado por declaração emitida pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

- § 3º Quando a criança e/ou adolescente necessitar de cuidados especiais, a equipe técnica deverá avaliar a necessidade de acréscimo ao valor referenciado no art. 23, Inciso I, considerando os seguintes casos:
- I usuários de substâncias psicoativas;
- II portadores de HIV;
- III portadores neoplasia (Câncer);
- IV pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia;
- V portadores de doenças degenerativas e psiquiátricas;
- VI excepcionalmente, a critério da equipe interdisciplinar do Serviço, quando ocorrerem outras situações consideradas especiais.
- § 4º As situações elencadas no parágrafo anterior, serão comprovadas através de atestado expedido por médico especialista.
- § 5º O gestor da política de Assistência Social será o responsável pela administração dos recursos financeiros do serviço e pelo repasse dos subsídios fornecidos às famílias acolhedoras, incumbindo-lhe a prestação de contas ao Conselho Municipal de Assistência Social.
- Art. 24. O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será realizado pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os espaços de controle social CMDCA e CMAS.
- Art. 25. A avaliação das famílias acolhedoras acontecerá nos encontros de preparação e acompanhamento individual.
- **Art. 26.** As situações envolvendo crianças e adolescentes acolhidos serão avaliadas pela Equipe Técnica responsável pelo Serviço, em parceria com o Conselho Tutelar, Poder Judiciário e Ministério Público.
- **Art. 27.** A família acolhedora, em nenhuma hipótese, poderá se ausentar do Município com a criança ou adolescente acolhido sem a prévia comunicação à Equipe Técnica do Serviço.



Rua Sete de Setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba. CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196 E-mail: <a href="mailto:amc.pintadas@amail.com">amc.pintadas@amail.com</a> Site:www.pintadas.ba.gov.br



Art. 28. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, através de Decreto Regulamentar, que deverá seguir a legislação nacional, bem como as políticas, planos e orientações dos demais órgãos oficiais.

**Art. 29**. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil, contratos com empresas de direito privado e termos de cooperação com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 30. Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 31. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Fundo Municipal de Assistência Social, em conformidade com a dotação orçamentária relativa à Proteção Social Especial, referente aos recursos Federais, Estaduais e Próprios.

**Art. 32.** O Poder Executivo regulamentará a questão da jornada de trabalho da equipe técnica, o período de descanso, condições gerais do serviço e, sobretudo o funcionamento do sobreaviso, porque o serviço deverá atender as demandas 24h por dia, em lei específica.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pintadas - Bahia, 04 de agosto de 2025.

VALCYR ALMEIDA RIOS PREFEITO MUNICIPAL